

# Um mundo de olho

A PRESSÃO INTERNACIONAL A FAVOR DA CANDIDATURA DE LULA NÃO PARA DE CRESCER, PROVA DO FRACASSO DA JUSTIÇA E DA POLÍTICA EXTERNA NA TENTATIVA DE LEGITIMAR O GOLPE

por ANDRÉ BARROCAL

**L**aura Chinchilla, de 59 anos, esteve no poder na Costa Rica de 2010 a 2014 e em Brasília nos últimos dias. Eleita lá com promessas contra o aborto, o casamento gay e o Estado laico, passou pelos gabinetes presidenciais de Michel Temer, Cármen Lúcia (STF) e Rosa Weber (TSE) para preparar seu trabalho na eleição daqui. Pela primeira vez o Brasil terá observadores oficiais da Organização dos Estados Americanos, grupo que Laura chefiará. Desde que esse tipo de missão da OEA começou, em 1962, o País jamais abriu as portas a uma, por ver aí uma chancela desnecessária. O convite ao organismo foi feito em setembro de 2017, um acordo entre Michel Temer e Gilmar Mendes, então no cargo de Rosa. O objetivo, disse o juiz ao assinar o acordo com a OEA, em Washington, três meses depois, era mostrar ao planeta a lisura da eleição verde-amarela. Para ele, a desconfiança generalizada do brasileiro com os políticos justificava redobrar os cuidados com a legalidade e a transparência.

A eleição atrai a atenção global há algum tempo, devido justamente às preocupações citadas por Mendes. Um coro

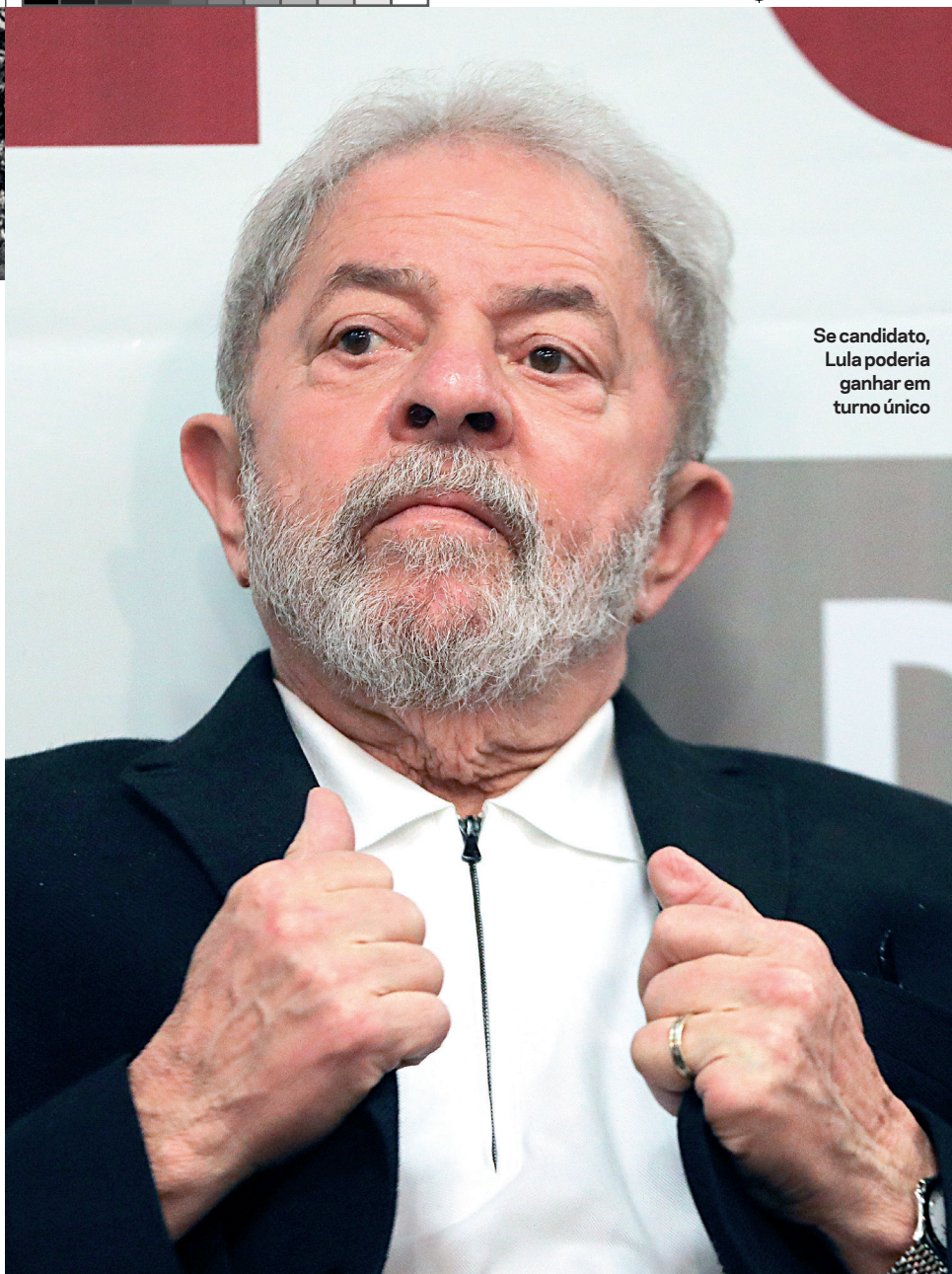
de vezes tem defendido o direito de Lula concorrer outra vez, como os ex-presidentes Françoise Hollande (França) e Michelle Bachelet (Chile), Bernie Sanders, candidato à Casa Branca em 2016, Jorge Castañeda, escritor mexicano, e Baltasar Garzón, ex-juiz espanhol. Após o registro das chapas na Justiça Eleitoral, o favoritismo do petista subiu nas pesquisas. Lula tem de 37% (Ibope e CNT/MDA) a 39% (Datafolha), o dobro do vice-líder, Jair Bolsonaro, dono de 18% (CNT/MDA e Ibope) a 19% (Datafolha).



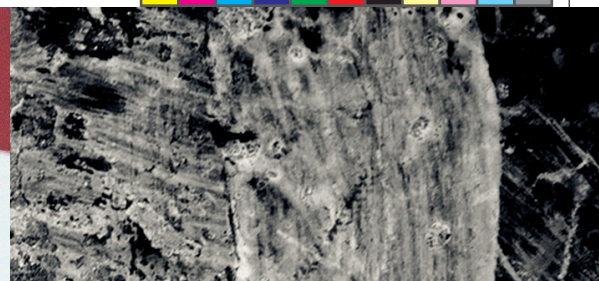
Laura Chinchilla, observadora da OEA, chamada a acompanhar a próxima eleição

“O mais difícil para nós é explicar como ele está na frente mesmo preso e condenado por corrupção”, conta um repórter estrangeiro, enquanto espera pelo fim da reunião de Laura com Temer. Ao deixar o Palácio do Planalto, a costa-riquenha evita comentar a situação do petista: “É cedo para falar de aspectos específicos”.

Os jornalistas queriam saber a opinião dela a respeito da mais nova, e talvez mais importante, pitada internacional na eleição. Em 17 de agosto, um dia depois do início da campanha, o Comitê de Direitos Humanos da ONU requereu ao Brasil que “tome todas as medidas necessárias para garantir que Lula possa desfrutar e exercer seus direitos políticos enquanto estiver na prisão, como candidato nas eleições presidenciais de 2018. Isso inclui ter acesso adequado à mídia e aos membros de seu partido”. Solicitou ainda que não o impedisse de ser eleito “até que seus recursos nos tribunais fossem concluídos em processos judiciais justos”. Até a quinta-feira 23, a requisição não tinha sido atendida, nem é provável que seja, embora tenha provocado polêmicas. Mas animou o PT, que quer ver a Justiça exposta ao mundo e tenta esticar uma decisão sobre a chapa de Lula para que ao menos o prisioneiro esteja na tevê quando a



Se candidato,  
Lula poderia  
ganhar em  
turno único



O ministro Barroso, linha-dura, já defendeu  
"a dignidade da pessoa humana"

de chegar ao Supremo Tribunal Federal. Intitula-se *A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo – A Construção de um Conceito Jurídico à Luz da Jurisprudência Mundial*.

**A**lém disso, Barroso gosta de percorrer salões planetários. A Universidade Harvard, nos Estados Unidos, é um destino rotineiro, por ter sido seu professor visitante em 2011. Em abril de 2015, foi lá para uma palestra sobre reforma política. Em novembro de 2017, falou do papel do Supremo nas democracias. Há quatro meses, estrelou um seminário sobre o Direito no Século XXI, ao lado da nata da Operação Lava Jato, os juízes Sergio Moro e Marcelo Bretas e a "xerife" Raquel Dodge. Barroso também é presença frequente em um fórum anual em Londres, organizado nos meses de maio por alunos brasileiros de pós-graduação. Quanto maior o coro internacional pela candidatura de Lula, menos conforto o juiz terá nessas andanças. Se ignorar o Comitê da ONU, voltará a ser comparado, como aconteceu em Harvard no ano passado, a um famoso magistrado progressista do Supremo do Tio Sam, William Brennan, morto em 1997?

propaganda eleitoral começar, no dia 31.

No partido, há quem enxergue por estes dias uma certa boa vontade do juiz responsável por ditar o ritmo da análise da candidatura no TSE. Luís Roberto Barroso é um linha-dura, líder ideológico do "tenentismo togado" do País, segundo um colega de Uerj. Autorizou, porém, sua chefe de gabinete no STF, Renata Saraiva de Oliveira, a receber as pessoas em greve de fome por Lula. Barroso ficou numa saia justa com a posição do Comitê da ONU. Ele acredita que existe uma "ética universal" baseada nos Direitos Humanos e que ela deve ser levada em conta pelo Direito interno de uma nação. Ou seja, pronunciamento de órgãos internacionais não devia ser ignorado. Até publicou um livro para expor essa visão. Foi em 2010, antes

**O COMITÊ  
DE DIREITOS  
HUMANOS DA ONU  
REQUER QUE  
SEJAM TOMADAS  
TODAS AS MEDIDAS  
NECESSÁRIAS  
PARA GARANTIR  
A CANDIDATURA  
DE LULA**

A posição adotada pelo Comitê com Lula não é inédita. Em abril, agiu igual no caso de um ex-presidente de Maldivas. Mohamed Nasheed comandou a ilha asiática de 2008 a 2012 e logo que deixou o poder foi acusado de terrorismo. Em 2015, pegou 13 anos de prisão e perdeu o direito de concorrer à Presidência até 2031. Ele recorreu ao Comitê, que concluiu que o julgamento tinha sido injusto, devido a “falhas graves” na lei. O governo de Maldivas não deu bola. Em nota, declarou que “cabe ao Supremo Tribunal decidir sobre a elegibilidade de Nasheed para as eleições presidenciais, e não ao Comitê de Direitos Humanos”. Será que a reação do governo brasileiro teve inspiração maldiva? “Sobre a participação de Lula como candidato nas próximas eleições cabe à Justiça Eleitoral, não à ONU, decidir”, disse o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, senador do PSDB.

**O** Itamaraty foi comunicado da posição do Comitê através de um documento enviado pelo Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos ao time diplomático do Brasil em Genebra, cidade suíça que é uma das sedes da ONU. Os advogados de Lula haviam acionado o Comitê em julho de 2016, logo após a condenação do petista por Moro no caso do tripleix do Guarujá. Alegavam que o juiz persegue o ex-presidente e, devido a isso, violou direitos individuais de Lula, como ordenar à Polícia Federal que o levasse à força para depor e divulgar ilegalmente um telefonema dele com Dilma, quando esta era presidente, gravado também de forma ilegal. No fim de julho passado, os defensores pediram uma liminar ao Comitê sob o argumento de que Lula sofreria “danos irreparáveis”, caso o Brasil não seguisse o artigo 25 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Por esse artigo, todo cidadão tem o direito de disputar eleição. A ameaça a Lula seria a proibição judicial de sua candidatura pelo TSE.

Aqui o chanceler Aloysio não se prepara para participar do baile carnavalesco do Copacabana Palace

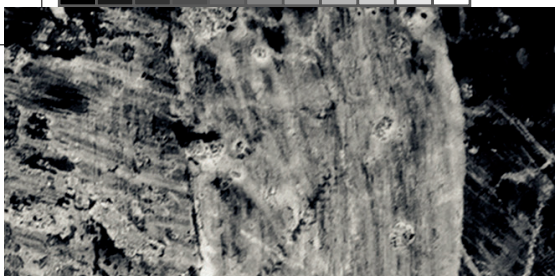
Fazer o Pacto ser cumprido é a razão de ser do Comitê, composto de 18 especialistas, todos indicados pelo seu país de origem e com mandato de quatro anos. O Pacto foi aprovado, em 1966, pela Assembleia-Geral da ONU, como um passo na construção de uma comunidade global mais, digamos, digna e fraterna após o horror da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para atingir seus objetivos, estabeleceu dois caminhos, chamados protocolos. Um deles, de 1966, permite a um cidadão denunciar individualmente seu país à ONU, caso se sinta vítima de violação de seus direitos humanos, sendo estes definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Pelo protocolo, qualquer que fosse a decisão do Comitê da ONU após examinar a denúncia, a nação acusada aceitaria e cumpriria. O outro, de 1989, tenta abolir a pena de morte onde ela existir.

O Brasil aderiu ao Pacto em 1992. A ditadura inaugurada aqui dois anos antes do Pacto e no poder até 1985 dava risada dos direitos humanos, queria ser livre para

## O PROPÓSITO DO COMITÊ É FAZER VALER O PACTO DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS QUE O BRASIL ASSINOU EM 1992

caçar, torturar e matar descontentes. A adesão brasileira, como é regra em tratado internacional, dependia de aval parlamentar. Para o Congresso votar, era preciso que o governo, o negociador oficial de acordos globais, mandasse a proposta. Levou tempo até o envio. Foi em dezembro de 2005, no mandato número 1 de Lula. A votação final aconteceu em 2009, penúltimo ano dele no Planalto. Curiosamente, o petista foi o primeiro brasileiro a denunciar o Brasil na ONU com base no Pacto.

O congressista que inicialmente cuidou da proposta de 2005 no Parlamento foi um deputado tucano, Luiz Carlos Haully, ainda hoje eleito pelo PSDB do Paraná. Ele foi o relator na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Em seu parecer de 2006, reclamou da demora entre o anúncio da adesão e o envio da proposta. “Cabe ao Congresso, portanto, enviares esforços para que a aprovação dos Protocolos seja realizada da forma mais expedita possível”, escreveu. Seu relatório recebeu um único voto contrário na Comissão. Advinha de quem? Jair Bolsonaro. Revoltado com a decisão do Comitê no caso Lula, o deputado reacionário comentou no Rio: “Se eu for presidente, eu saio da ONU, não serve para nada esta instituição (...) É uma reunião de comunistas”. Depois deu uma moderada, via *Folha*: “Jamais pensei em sair da ONU. É sair do Conselho de Direitos Humanos”. E Geraldo Alckmin, rival de Bolsonaro na luta pelo voto direitista, candidato pelo PSDB de Haully, acha o



quê? A decisão do Comitê da ONU, afirmou na segunda-feira 20, em São Paulo, “não tem nenhuma efetividade, quem tem efetividade é o Poder Judiciário brasileiro”. Posição idêntica à do ministro das Relações Exteriores, um tucano que, depois de dinamitar pontes na América do Sul, agora ensaia uma meia-volta. Por exemplo, topa vestir roupas típicas ao visitar a Bolívia.

**D**ono de pavio curto, Nunes Ferreira sai do sério com a reação internacional em favor de Lula. O ministro ficou uma fera quando seis ex-líderes políticos europeus divulgaram, em maio, um manifesto a favor do petista. O documento foi articulado e redigido por François Hollande, ex-presidente francês. Dizia que Lula foi um “incansável arquiteto da redução das desigualdades no Brasil”, que foi “apressada” sua prisão, que “a luta legítima e necessária contra a corrupção não pode justificar uma operação que questiona os princípios da democracia e o direito dos povos de eleger os seus governantes” e que ele deveria ter o direito de “se submeter livremente ao sufrágio do povo”. Assinaram embaixo cinco ex-primeiros-ministros: Zapatero (Espanha), Elio di Rupo (Bélgica) e os italianos Massimo D’Alema, Enrico Letta e Romano Prodi.



**Sanders não tem dúvidas: o governo Temer é de extrema-direita**

Um gesto “arrogante” deles, segundo Nunes Ferreira.

Em julho, quem saiu em defesa de Lula foram Michelle Bachelet e Bernie Sanders. A ex-presidente chilena liderou uma “Declaração em defesa da democracia no Brasil e do presidente Lula”, assinada por 43 conterrâneos, a pregar que o petista pudesse concorrer. Com um teor de apavorar Gilmar Mendes, o que teme contestações quanto ao pleito de outubro. “Uma eleição presidencial sem Lula como candidato poderia ter sérias impugnações de legitimidade e aprofundaria ainda mais a crise política que o Brasil tem que superar.” Dias depois, Bachelet participou, no Rio, de um evento na área da saúde e ao final engrossou um ato “Lula livre”. Tinha a intenção de visitá-lo em Curitiba, mas foi indicada para um cargo na ONU e mudou de ideia. Seu posto a partir de setembro? Chefe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, aquele que comunicou o Brasil da liminar pró-Lula.

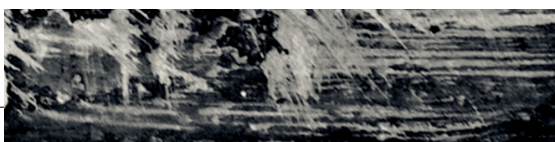
O embaixador do Brasil em Washington, Sergio Amaral, recebeu de Bernie Sanders uma carta assinada por mais 28 congressistas americanos com críticas ao julgamento de Lula, à execução ainda não esclarecida de Marielle Franco e ao governo de “extrema-direita” de Michel Temer. “Os fatos que envolvem o caso do ex-presidente Lula nos dão motivo para acreditar que o objetivo prioritário de sua prisão é para impedi-lo de disputar as próximas eleições”, afirma a carta. “Recomendamos que as cortes brasileiras prontamente avaliem os méritos das acusações contra o presidente Lula, nas quais não foram apresentadas evidências materiais para provar as denúncias de corrupção contra o ex-presidente.”

Agora, em agosto, dez juristas estrangeiros escreveram às presidentes do STF, Cármen Lúcia, e do TSE, Rosa Weber, a criticar Moro e o julgamento de Lula. Entre os signatários, Baltasar Garzón, ex-juiz espanhol famoso por ter mandado prender, em 1998, o ditador chileno Augusto Pinochet, morto em 2006. No Vaticano, o papa Francisco recebeu Celso Amorim, chanceler nos oito anos do governo Lula, para conversar sobre a situação do ex-presidente. Em sua coluna no *The New York Times*, o escritor Jorge Castañeda, chanceler do México de 2000 e 2003, disse que o caso Lula é muito complicado juridicamente, mas que “seria um



**Hollande, Bachelet, D’Alema, os signatários de uma “Declaração em Defesa da Democracia no Brasil e do presidente Lula”. O teor do documento deixou Gilmar Mendes preocupado: pleito sem Lula poderia ter sérias impugnações de legitimidade**

ALEX EDELMAN/GETTY IMAGES/AFP. GUSTAVO LOURENÇÃO. SEBASTIAN RODRIGUEZ E JOAO PEDRO CORREIA



erro” barrar a chapa dele. “Não há uma boa solução, mas desta vez a democracia deve prevalecer sobre a Justiça.” No mesmo dia, a terça-feira 21, José Sócrates, ex-primeiro-ministro de Portugal, opinou no jornal local *Público* que a decisão do Comitê de Direitos Humanos tinha de ser cumprida pelo Brasil.

“Primeiro, não é manifestação da ONU. É um subcomitê do comitê. Segundo, não tem nenhuma vinculação (*obrigação de ser seguida*)”, disse naquela terça-feira o juiz do STF Alexandre de Moraes, ex-filiado do PSDB e ex-colaborador de Alckmin no governo paulista. Se o tuca-nato trata com desdém o Comitê de Direitos Humanos da ONU, por que se empenhou para emplacar em 2017 uma brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, uma espécie de versão regional do órgão das ONU? A campanha da advogada Flavia Piovesan foi comandada pelo chanceler Nunes Ferreira, teve inclusive coisas esquisitas como o uso de jatinhos da FAB pelo Caribe. O trabalho de Flavia assemelha-se ao de Sarah Cleveland, integrante do Comitê da ONU. Após o pronunciamento do órgão sobre Lula, Sarah disse que “não é uma ordem judicial, mas o Brasil é um signatário de tratados, e a posição do comitê é que o Brasil tem obrigação legal de cumprir o pedido do Comitê”. Reconheceu, porém, que não há como punir o Brasil por descumprimento.

“Ainda que se entenda que a decisão do



José Sócrates e o ex-juiz Garzón apoiam a candidatura do ex-presidente



## JANOT JÁ DEFENDEU NO STF A OBRIGAÇÃO DO BRASIL DE ACATAR DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Comitê não é obrigatória e que equivale a mera recomendação, ela tem força moral”, escreveu em seu blog o ex-secretário de Cooperação Jurídica Internacional da PGR Vladimir Aras. Para ele, a solução “doutrinariamente adequada” seria acatar a liminar do Comitê até a decisão definitiva do TSE sobre Lula. Quando Aras chefiou a cooperação internacional da PGR, de 2013 a 2017, o “xerife” era Rodrigo Janot e este defendeu, no STF, que o Brasil era obrigado a acatar

decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Do contrário, “significaria flagrante descumprimento dos compromissos internacionais do País e do mandado constitucional de aceitação da jurisdição do tribunal internacional”.

**E**m meio às polêmicas, Fernando Henrique Cardoso publicou no *Financial Times* na terça-feira 21 um artigo para rebater opiniões expressas por Lula no *New York Times* uma semana antes. “Meu sucessor como presidente falsamente se apresenta como vítima de uma conspiração de ‘elite’”, escreveu. A disposição do octogenário tuca-no para uma discussão global pelos jornais indica que, no *front* externo, o governo nascido do *impeachment* fracassou. Se, após a degola de Dilma, o Itamaraty disparou um comunicado aos postos diplomáticos brasileiros com a orientação para defender que não houve golpe, agora há uma debandada de embaixadores para o exterior, um número recorde deles tenta se ajeitar antes do fim do governo Temer. Ao assinar um pacote de nomeações, Temer comentou: “Vai ficar alguém em Brasília?” Seu encontro, em junho, com o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, aconteceu depois de Sergio Amaral, embaixador em Washington, quase implorar à Casa Branca por um encontro com Donald Trump, conforme telegramas internos do Itamaraty.

Mais do que explicado por que personalidades e organismos internacionais estejam de olho em Lula e na eleição de outubro. •

Sarah Cleveland,  
do Comitê: “O Brasil  
tem o dever legal  
de cumprir o pedido”

